

TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

23 de setembro de 2016|Número 020

BOLETIM informativo



FETEC **CUT**
Centro Norte

Brasil em transe: crise política, golpe de Estado e perspectivas da esquerda

O golpe de Estado por meio do governo Temer busca destruir as bases do projeto nacional-popular e de organização dos movimentos sociais e pretende aprofundar o protagonismo do capital financeiro, tornando-o política de Estado

Carlos Eduardo Martins*

O Brasil vive um momento dramático de sua vida política. O golpe de Estado ameaça pôr fim ao período de redemocratização que, iniciado com a abertura política, aprofundou-se com a Constituição de 1988 e prosseguiu, a partir de 1989, com a realização periódica de eleições diretas. O golpe dirige-se não apenas contra o governo Dilma, mas principalmente contra o projeto de desenvolvimento nacional-popular que os governos petistas esboçaram paralelamente e de forma subordinada às políticas neoliberais.

As políticas neoliberais foram hegemônicas nos governos petistas e protagonizaram as políticas monetárias, fiscais e cambiais, impondo taxas de juros acima do crescimento da economia, superávits primários destinados ao pagamento de juros da dívida pública e a sobrevalorização cambial durante a quase totalidade dos catorze anos de exercício de mandato. Todavia, esses governos estabeleceram outro padrão de políticas públicas que foi estimulado pelas altas taxas de crescimento, vinculadas ao boom das commodities entre 2004 e 2011, e se manifestou em um conjunto de iniciativas:

- a) na reorientação da política externa, voltada para a afirmação da soberania regional e para a formação de um novo eixo geopolítico mundial, articulado pelos Brics, com potencialidade para desafiar a hegemonia dos Estados Unidos;
- b) na imposição do modelo de partilha para a exploração do pré-sal, estabelecendo as bases de um capitalismo regulado pelo Estado para a exploração desse recurso estratégico;
- c) na utilização do BNDES para financiar com taxas de juros subsidiadas a petroquímica, a construção civil, a agroindústria e a indústria farmacêutica, compensando os efeitos restritivos da política monetária;
- d) em políticas sociais nas quais se destacaram a valorização do salário mínimo e os programas de renda mínima e de construção de moradia popular;
- e) na recomposição do número de funcionários públicos ativos da União, reduzidos drasticamente durante o governo Fernando Henrique Cardoso;
- f) na ampliação do acesso ao ensino superior, no estabelecimento de cotas sociais e raciais nas universidades federais e na obrigatoriedade de Sociologia e Filosofia no ensino médio.

Essas iniciativas permitiram a reorganização dos movimentos sociais e uma acumulação de forças que lhes permitiu questionar as prioridades dos governos Lula e Dilma e pressioná-los a avançar em seus compromissos sociais, o que se expressou na forte ampliação das greves a partir de 2009, impulsionadas pelos servidores públicos, e na explosão insurrecional das manifestações de junho de 2013, que evidenciou a reivindicação por direitos sociais e o crescimento da desigualdade na contramão do discurso oficial de que esta havia caído. Ao perceber que os governos petistas já não eram capazes de conter os movimentos sociais e constituíam obstáculos a uma nova ofensiva neoliberal sobre o Estado brasileiro, o grande capital colocou na ordem do dia sua deposição, inicialmente pela via eleitoral, que, ao fracassar em 2014, deu lugar à articulação para o golpe de Estado, o qual se aproveitou das vacilações e equívocos do governo Dilma. Este, para buscar governabilidade diante da pressão do grande capital, negou parcialmente o programa nacional-popular moderado com o qual venceu as eleições, cortou gastos sociais, adotou uma política recessiva e perdeu drasticamente popularidade, abrindo espaço para a ofensiva golpista.

Manejando de maneira mecânica e rígida o discurso da financeirização do capital, o governo Dilma não percebeu que essa tendência de longo prazo não anula necessariamente a possibilidade de inflexões cíclicas no capitalismo, mesmo que estas apresentem importantes contradições. Perdeu assim a oportunidade de apoiar-se nos movimentos sociais para impor ao capital financeiro mudanças na política monetária – a partir da queda estrutural da taxa de juros reais para níveis inferiores ao crescimento do PIB – que viabilizassem a transição para um período de desenvolvimento centrado nos investimentos públicos em educação, saúde, ciência e tecnologia, infraestrutura e cultura e na taxa de lucro como eixos do processo de acumulação. Tal processo permitiria ampliar a acumulação de forças dos movimentos sociais e colocar em cena um horizonte anticapitalista quando se evidenciassem as contradições no padrão de desenvolvimento entre a ampliação dos investimentos sociais e

os limites da superexploração do trabalho em que se assenta o capitalismo brasileiro. O governo Dilma, ao recuar do movimento de redução das taxas de juros e vetar a auditoria da dívida pública aprovada pelo Congresso, manteve o Brasil como um dos

únicos países do mundo que, nos últimos vinte anos, nunca desvalorizou sua dívida pública ou priorizou a taxa de lucro sobre a taxa de juros.

O golpe de Estado que vem se estabelecendo por meio do governo Temer busca destruir as bases do projeto nacional-popular e de organização dos movimentos sociais e pretende aprofundar o protagonismo do capital financeiro, tornando-o política de Estado. Para isso maneja uma ampla agenda, na qual se destacam as seguintes iniciativas:

- a) proposta de PEC para congelar os gastos públicos primários por vinte anos e cortar recursos na saúde e educação, desvinculando o mínimo de dotações obrigatórias da receita líquida corrente;
- b) ataque aos direitos trabalhistas por meio da terceirização das atividades-fim e da flexibilização da CLT em favor de acordos coletivos;
- c) privatização dos ensinos superior e médio, fim das cotas sociais e raciais, extinção da obrigatoriedade de Filosofia e Sociologia no ensino médio e criminalização da liberdade de cátedra e de pensamento por meio da aprovação do projeto escola e universidade “sem partido”;
- d) fim das políticas de valorização do salário mínimo, desvinculação de sua indexação às aposentadorias e imposição de cortes nos programas sociais;
- e) eliminação das políticas de apoio ao setor industrial pelo BNDES por meio de taxas de juros subsidiadas;
- f) restabelecimento da privataria e do papel estratégico do BNDES em sua articulação;
- g) flexibilização da preferência da Petrobras no pré-sal e extinção do regime de partilha em favor do regime de concessão;
- h) fim das eleições diretas por meio da imposição do parlamentarismo por PEC, sob o disfarce de semipresidencialismo;
- i) supressão dos vetos de Dilma à lei antiterrorismo, que passaria a ser usada para reprimir protestos sociais e processos de resistência;
- j) reorientação da política externa para o alinhamento ao imperialismo norte-americano, flexibilizando o Mercosul e congelando e desmontando os avanços de Unasul, Celac e Brics.

Trata-se da agenda de uma burguesia dependente e parasitária que pretende usar cada vez mais a dívida pública para garantir lucros extraordinários e submeter o mundo do trabalho à valorização fictícia do capital e sua transformação em realidade. Essa agenda impõe um Estado de contrainsurgência que necessita do fascismo como forma de repressão maciça para impor a superexploração do trabalho e sufocar a resistência dos setores populares e de um proletariado de serviços que incorpora cada vez mais as tecnologias de informação para sua organização.

Lutar contra essa agenda implica romper com o centrismo que marcou o pensamento estratégico da esquerda petista, impedir a continuidade do governo Temer vinculando a volta de Dilma a um plebiscito sobre eleições diretas e impulsionar um programa de ataque ao comando do capital financeiro sobre os processos de acumulação para, no bojo da retomada do desenvolvimento, colocar as tarefas anticapitalistas que ampliam a democracia e o mercado interno para além dos limites do capitalismo dependente.

* É autor de *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*, publicado pela Boitempo em 2011, e professor do Programa de Pós-Graduação sobre Economia Política Internacional (Pepi/UFRJ)

<http://diplomatie.org.br/artigo.php?id=2128>



A jornada de trabalho diária de 12 horas e a flexibilização dos direitos trabalhistas

Vítor Godoi*

Em tempos de crise institucional e econômica, a sociedade brasileira clama por mudanças e os grandes empresários ganham maior atenção do Estado. Por sua vez, para demonstrar a ação do governo, o então Presidente da República Michel Temer, já em seu primeiro discurso, sinalizou a necessidade da temida "modernização" (ou seria precarização?) dos direitos trabalhistas. As falas do ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, durante palestra dada em reunião com a Central dos Sindicatos Brasileiros, neste início de setembro, tiveram grande repercussão na mídia: jornada de trabalho de até 12 horas? Como assim?

Não à toa, e diante da repercussão negativa, o governo saiu em sua defesa garantindo que não haverá qualquer perda de direito trabalhista, que será aplicada a compensação, e jamais desrespeitada a atual jornada de 44 horas semanais (mais quatro horas extras já previstas em lei). O que se propõe, então, é que o trabalhador poderá realizar turnos de 12 horas em um dia e outro de apenas quatro em outro, por exemplo.

O assunto merece reflexão. A atual jornada de trabalho é de oito horas diárias, podendo chegar a 10 horas, com o pagamento de excepcionais horas extraordinárias, e está assim regulamentada em nossa legislação por uma razão muito evidente: a preservação da saúde do empregado.

Ao que parece, a presente proposta pretende, na verdade, transformar as horas extraordinárias em habituais, já que rotineiramente o empregado trabalhará por 12 horas.

É imprescindível ressaltar que as horas extras foram criadas para que o empregador, em situações especiais, peça para o empregado prolongar sua jornada de trabalho, não se admitindo a contratação de horas extra com habitualidade, exatamente em respeito à saúde do empregado. Cogitar tal alteração, assim, afronta uma obrigação basilar do Estado, a proteção à saúde. Qualquer mudança aumentando a jornada diária de trabalho é afronta a uma garantia constitucional e, com ela, o governo subverte os ideais do Estado estabelecidos pela Constituição em 1988. Admitir a presente proposta é requerer que o governo economize para os grandes empresários e onere mais ainda a saúde pública.

Ainda no limiar do presente tema, temos visto pela mesma tese de modernização dos direitos trabalhistas, uma clara propaganda para aprovação do projeto de lei da terceirização. Nesse caso, o futuro será que os empregados serão na verdade pessoas jurídicas, já que as empresas poderão contratar pessoas jurídicas para desempenhar suas atividades principais. Caso ocorra, não haverá limite de jornada de trabalho, assim, poderemos ver empregados (fantasiadas de empresas) trabalhando 20 horas por dia sem nenhuma hora extra ou proibição legal.

Por outro lado, o governo e os grandes empresários afirmam a necessidade da flexibilização de direitos trabalhistas para aumentar o emprego e dinamizar o mercado. Nesse ponto, é necessário desmitificar que o corte de direitos e gastos aumenta o emprego e possibilita o crescimento da economia.

Entre os ensinamentos apresentados pelo economista britânico John Keynes, principal responsável pela construção das teorias para retirada do mundo capitalista da crise de 1929, defensor do pleno emprego, consta que o corte de gastos (logo, de direitos) não possibilita o crescimento da economia. Muito pelo contrário, qualquer política de corte de gasto desestimula o investidor, assim como menos pessoas terão condições de permanecer movimentando o mercado, já que não possuirão condições de gasto, deixando a economia ainda mais paralisada.

Entende o economista que o governo deve investir para que o empregado tenha **mais** condições financeiras. Dessa forma, os investidores não se sentirão acuados em disponibilizar seu dinheiro parado e os cidadãos em geral permanecerão gastando e movimentando a economia.

O desemprego ocorre, em síntese, pelo medo do empresário que a economia permaneça em crise e o que foi produzido não seja comprado, não se relacionando diretamente com o custo do empregado. Assim, se houve produção e consumo, haverá lucro, logo, este poderá ser revertido em salários.

Trata-se de regra baseada na ótica da despesa e da manutenção e fortalecimento dos empregos e empregados, e a presente tese foi responsável pela denominada era de ouro do capitalismo. Qualquer política que vise o corte de direitos dos trabalhadores ou a limitação de gastos, ao contrário do defendido pelo governo brasileiro, não produzirá mais empregos ou dinamizará a economia, mas sim espantará os investidores e possibilitará que os empregados gastem menos e girem menos a economia, aumentando o desemprego.

As medidas que visam à flexibilização de direitos também não podem ser encaradas pelos trabalhadores como a solução para a saída da crise. O crescimento da economia se dá pelo fortalecimento dos empregados e pelo aumento de sua condição financeira.

Para que o governo não se utilize do argumento de necessidade de crescimento para beneficiar o grande empresariado, modernizando/precarizando a nossa legislação trabalhista, parafraseio a mensagem transmitida por Karl Marx e clamo: "Proletários de todo o Brasil, uni-vos, vós não tendes nada a perder a não ser vossos grilhões."

* Advogado Trabalhista de LBS Advogados

<http://www.lbs.adv.br/a-jornada-de-trabalho-diaria-de-12-horas-e-a-flexibilizacao-dos-direitos-trabalhistas/>



Boa noite, Cinderela

Fraudes. Propinas para políticos. Manipulações. Um estudo devastador sobre o sistema financeiro revela como, por trás dos anúncios cheios de pessoas felizes, os bancos sugam a riqueza social

Ladislau Dowbo

Às vezes precisamos de um espelho. Com o grau de deformação ideológica dos argumentos quando se trata da realidade brasileira, é bom dar uma olhada como todo o debate sobre o resgate do sistema financeiro está se dando no resto do mundo. Não somos uma ilha, e muito menos o nosso sistema financeiro, ainda que aqui algumas deformações sejam muito maiores. Hoje já não podemos ignorar o sólido acervo de pesquisas, que deslançaram após a crise de 2008, e que mostram a que ponto o sistema financeiro se distanciou dos seus objetivos iniciais de financiar o investimento e o crescimento econômico. Aqui apresentamos a excelente pesquisa de Epstein e Montecino sobre o sistema americano, organizando as ideias chave, e este espelho gera um impressionante efeito de ver na imagem refletida a sombra dos nossos dramas.

O estudo de Epstein e Montecino oferece uma visão de conjunto do impacto econômico da intermediação financeira, tal como funciona nos EUA. O sistema não só não fomenta a economia, como a drena. O título, *Cobrando demais: o alto custo da alta finança*, já diz tudo, e pela primeira vez temos aqui uma visão sistêmica e integrada do quanto custa à economia americana uma máquina financeira que se agigantou e se deformou radicalmente. Hoje não fomenta a economia, pelo contrário, inibe-a, gerando mais custos do que estímulo produtivo. A pesquisa faz parte de um conjunto de iniciativas do Roosevelt Institute, que tem como economista chefe Joseph Stiglitz, prêmio “Nobel” de economia, e que já foi economista chefe do governo Clinton e do Banco Mundial. Esta pesquisa tem muita importância para nós no Brasil, pois o sistema financeiro internacional funciona aqui a pleno vapor, e a cultura da intermediação financeira não varia muito entre a City de Londres, Wall Street ou o sistema de usura que se implantou no Brasil. Hoje existe uma cultura financeira global. No nosso caso, o desajuste fica evidente quando constatamos que em 2015 o PIB recuou de 3,8%, enquanto no mesmo período o lucro declarado do Bradesco aumentou em 25,9%, e o do Itaú aumentou em 30,2%. A máquina financeira está vivendo às custas da economia real. Nosso sistema de intermediação financeira não serve a economia, dela se serve. É produtividade líquida negativa. Ajuda, e dá confiança às nossas pesquisas aqui no Brasil, esta constatação lapidar do próprio Stiglitz: “Enquanto antes as finanças constituíam um mecanismo para colocar dinheiro nas empresas, agora funcionam para extrair dinheiro delas.”ⁱ

Há pessoas que têm dificuldade em imaginar um grande banco internacional achacando os seus clientes, e imaginam que nos EUA as coisas seriam sérias, quanto mais na Europa. É preciso aqui lembrar algumas coisas óbvias. Por fraude com milhões de clientes, o Deutsche Bank foi condenado em setembro de 2016, pela justiça americana, a uma multa de 14 bilhões de dólares (uma vez e meia o orçamento anual do Bolsa Família, que tirou 50 milhões de pessoas da miséria, só para dar uma ordem de grandeza dos tamanhos das fraudes bancárias). É bom lembrar que um banco tão sério como Citigroup já foi condenado a pagar US\$ 12 bilhões (fechou por US\$ 7 bilhões), Goldman Sachs está pagando \$ 5,06 bilhões, JPMorgan Chase&Co está pagando US\$ 13 bilhões, o Bank of America US\$ 16,7 bilhões. Os crimes são dos mais diversos tipos, desde fraude nas informações aos clientes até falsificações dos mais diversos tipos, depenando clientes, enganando o fisco, falsificando informações sobre taxas de juros e semelhantes.ⁱⁱ

Todos ouviram falar da financeirização, mas poucos se dão conta da profundidade da deformação generalizada dos processos econômicos, sociais e ambientais que resultam da migração dos nossos recursos do fomento econômico através de investimentos, para ganhos improdutivos através de aplicações financeiras. Inclusive, os bancos e a mídia chamam tudo de “investimento”, parece mais nobre do que aplicação financeira ou especulação. A revista *Economist* até inventou a expressão “speculative investors” e Stiglitz sente-se obrigado a se referir a “productive investments” para diferenciar. Mas não há como escapar desta realidade simples: quando você compra papéis, eles podem render, mas você não produziu nada. E abrir uma empresa, contratar trabalhadores, produzir e pagar impostos é mais trabalhoso do que por exemplo aplicar em papéis da dívida pública. O primeiro estimula a economia, o segundo gera rendimentos sem contrapartida, e a partir de um certo nível torna-se um peso morto sobre as atividades econômicas em geral.

Voltando ao artigo de Epstein e Montecino, em termos de funcionalidade econômica os autores se referem a uma “spectacular failure”: “Um sistema financeiro saudável é aquele que canaliza recursos financeiros para investimento produtivo, ajuda as famílias a poupar para poder financiar grandes despesas tais como educação superior e aposentadorias, fornece produtos tais como seguros para ajudar a reduzir riscos, cria suficiente quantidade de liquidez útil, gere um mecanismo eficiente de pagamentos, e gera inovações financeiras para fazer todas estas coisas úteis de forma mais barata e efetiva. Todas estas funções são cruciais para uma economia de mercado estável e produtiva. Mas depois de décadas de desregulação, o sistema financeiro atual dos EUA se tornou um sistema altamente especulativo que falhou de maneira bastante espetacular em realizar estas tarefas críticas.”⁽¹⁾

Do lado das alternativas, é resgatar o sistema de regulação, reestruturar o sistema para que sirva a economia e não dela se sirva apenas, e gerar sistemas alternativos de intermediação financeira para que as pessoas voltem a poder ter escolha: “Esses custos excessivos das finanças podem ser reduzidos e o setor financeiro pode de novo jogar um papel mais produtivo na sociedade. Para alcançá-lo, precisamos de três enfoques complementares: melhorar a regulação financeira, aproveitando o que a [lei] Dodd-Frank já conseguiu; uma reestruturação do sistema financeiro para que sirva melhor as necessidades das nossas comunidades, pequenos negócios, famílias, e entidades públicas; e alternativas financeira públicas, tais como bancos cooperativos e bancos especializados, para equilibrar o jogo.”⁽³⁾

Como foi se deformando o sistema financeiro, que atualmente impõe enormes custos para a economia real, obrigada a sustentar uma imensa superestrutura especulativa? “Mostramos como a indústria de gestão de recursos (assets) cobra taxas excessivas e traz retornos medíocres para as famílias que buscam poupar para a aposentadoria; como empresas privadas de gestão de ações se apropriam de níveis excessivos de pagamentos dos fundos de pensão e outros investidores enquanto frequentemente penalizam os salários e oportunidades de emprego dos trabalhadores nas empresas que compram; como os fundos especulativos (hedge funds) apresentam mau desempenho; e como emprestadores predatórios exploram algumas das pessoas mais vulneráveis da nossa sociedade. Olhando desta maneira desde abaixo, podemos ver de forma mais clara como os níveis de excessos de cobrança (overcharging) que identificamos no nível macro se organizam de maneira prática.”⁽³⁾

O resultado prático é que os trilhões de dólares captados pelo sistema de intermediação financeira e os diversos fundos representam em termos líquidos um dreno para a economia americana. Este sistema, como no Brasil, representa uma produtividade negativa, e gera ganhos líquidos sem contrapartida produtiva correspondente: “Assim, as finanças têm operado nestes últimos anos um jogo de soma negativa. Isto significa que nos custa mais do que um dólar transferir um dólar de riqueza para os financistas – significativamente mais. Por isso, mesmo que você pense que os nossos financistas merecem cada centavo que conseguem, sairia muito mais barato simplesmente enviar-lhes um cheque todo ano do que deixá-los continuar a tocar os negócios como sempre.”⁽⁴⁾ Bancos pequenos e médios nos EUA continuaram a desempenhar as suas atividades de *commercial banking*, mas dez gigantes passaram a dominar o sistema financeiro, concentrando-se em outros produtos, essencialmente especulativos. Este grupo dominante, segundo a pesquisa, concentrou-se “em novos produtos e práticas ligadas à crise financeira – inclusive securitização, derivativos e comércio proprietário (*proprietary trading*), tudo financiado por empréstimos de muito curto prazo.”⁽¹⁰⁾ A oligopolização é aqui central, apoiada não só na não-transparência dos produtos, como no seu poder político de obter subsídios (o que, no Brasil, a taxa Selic elevada). Trata-se “do poder monopolístico ou oligopolístico que as instituições financeiras podiam exercer por meio de produtos financeiros não transparentes, bem como da facilidade de acesso a volumes maciços de capital por causa dos subsídios devidos à sua condição de ‘grandes demais para quebrar’.”⁽¹⁹⁾

Continue lendo em: <http://outraspalavras.net/brasil/boa-noite-cinderella/>

Dez possíveis lições após o impeachment

A primeira lição é resistir, aprender dos erros e derrotas e dar a volta por cima. Isso implica severa autocrítica, nunca feita com rigor pelo PT

Leonardo Boff*

Seguramente é cedo ainda para tirar lições do questionável impeachment que inaugurou um nova tipologia de golpe de classe via parlamento. Estas primeiras lições poderão servir ao PT e aliados e aos que amam a democracia e respeitam a soberania popular, expressa por eleições livres. Os que detém o ter, o poder e o saber que se ocultam atrás dos golpistas se caracterizam por não mostrar apreço à democracia e por se lixar pela situação de gritante desigualdade do povo brasileiro.

A primeira lição é alimentar resiliência, vale dizer, resistir, aprender dos erros e derrotas e dar a volta por cima. Isso implica severa autocrítica, nunca feita com rigor pelo PT. Precisa-se ter claro sobre que projeto de país se quer implementar.

Segunda lição: reafirmar a democracia, aquela que ganha as ruas e praças, contrariamente da democracia de baixa intensidade, cujos representantes, com exceções, são comprados pelos poderosos para defender seus interesses

Terceira lição: convencer-se de que um presidencialismo de coalizão é um logro, pois desfigura o projeto e induz à corrupção. A alternativa é uma coalização dos governantes com a rede dos movimentos sociais e a partir deles pressionar os parlamentares.

Quarta lição: convencer-se de que o capitalismo neoliberal, na atual fase de altíssima concentração de riqueza, está dilacerando as sociedades centrais e destruindo as nossas. O neoliberalismo atenuado, praticado nos últimos 13 anos pelo PT e aliados permitiu o aumento dos salários, facilidade de crédito, ascensão social e desonerações fiscais, mostrou-se insustentável. Grande erro do PT: nunca ter explicado que aquelas ações sociais eram fruto de uma política de Estado. Por isso criou antes consumidores que cidadãos conscientes. Permitiu adquirir bens pessoais mas melhorou pouco o capital social: educação, saúde, transporte e segurança. Bem disse frei Betto: gerou-se "um paternalismo populista que teve início quando se trocou o Fome Zero, um programa emancipatório, pelo Bolsa Família compensatório; passou-se a dar o peixe sem ensinar a pescar". No novo governo pós golpe, a política econômica neoliberal radicalizada de ajustes severos, recessiva e lesiva aos direitos sociais seguramente vai devolver à fome os que dela foram tirados.

Quinta lição: colocar-se corajosamente ao lado das vítimas da voracidade neoliberal, denunciando sua perversidade, desmontando sua lógica excludente, indo para as ruas, apoiando demonstrações e greves dos movimentos sociais e de outros segmentos.

Sexta lição: suspeitar de tudo o que vem de cima, geralmente fruto de políticas de conciliação de classes, feitas de costas e à custa do povo. Estas políticas vem sob o signo do mais do mesmo. Preferem manter o povo na ignorância para facilitar a dominação e a acumulação e debilitam qualquer espírito crítico.

Oitava lição: é urgente a projeção de uma utopia de um outro Brasil, sobre outras bases, a principal delas, a originalidade e a força de nossa cultura, dando centralidade à vida da natureza, à vida humana e à vida da Mãe Terra, base de uma biocivilização.

O desenvolvimento/crescimento é necessário para atender, não os desejos, mas as necessidades humanas; deve estar a serviço da vida e da salvaguarda de nossa riqueza ecológica. Concomitante a isso urge reformas básicas, da política, da tributação, da burocracia, da reforma do campo e da cidade etc.

Nona lição: para implementar essa utopia faz-se indispensável uma coligação de forças políticas e sociais (movimentos populares, segmentos de partidos, empresários nacionalistas, intelectuais, artistas e igrejas) interessadas em inaugurar o novo viável, que dê corpo à utopia de outro tipo de Brasil.

Décima lição: esse novo viável tem um nome: a radicalização da democracia que é o socialismo de cunho ecológico, portanto, ecosocialismo. Não aquele totalitário da Rússia e o desfigurado da China que, na verdade, negam a natureza do projeto socialista. Mas o ecosocialismo que visa realizar potencialmente o nobre sonho de cada um dar o que pode e de receber o que precisa, inserindo a todos, a natureza incluída.

Esse projeto deve ser implementado já agora. Como expressou a ancestral sabedoria chinesa, repetida por Mao: "se quiser dar mil passos, comece já agora pelo primeiro". Sem o que jamais se fará uma caminhada rumo ao destino certo. A atual crise nos oferece esta especial oportunidade que não deverá ser desperdiçada. Ela é dada poucas vezes na história.

*Leonardo Boff é teólogo, filósofo e articulista do JB on line e escreveu: *Que Brasil queremos?* Vozes 2000

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Leonardo-Boff-Dez-possiveis-lico-es-apos-o-impeachment/4/36879>



Notícia

Destino de Lula será resolvido na rua

É preciso reconhecer que nenhum brasileiro alfabetizado, em gozo de sua saúde mental, ficou surpreso com a decisão de Sérgio Moro, que aceitou denúncia contra Lula na Lava Jato. Era previsível como a chegada da noite no fim do dia. Lula é acusado de ser o verdadeiro proprietário de um triplex no Guarujá – mas sequer as testemunhas ouvidas em audiência em Curitiba, que deveriam fornecer as principais provas dessa propriedade oculta, cumpriram o que era esperado. Foram três pessoas envolvidas na venda e na reforma do apartamento. Uma delas estava presente no dia em que Lula esteve no local.

Além de frases essencialmente especulativas, como um "provavelmente", o máximo que o interrogatório conseguiu arrancar foi um "ouvi o boato", frase que poderia ser pronunciada por toda pessoa que tivesse assistido a qualquer telejornal sobre o assunto. Nunca, em momento algum, ouviu-se dizer que o imóvel pertencia a Lula. Sempre, que era propriedade de um diretor da OAS. Aquele episódio que, em boa fé -- argumento que Moro empregou para defender a aceitação de provas ilícitas -- poderia ser um momento chave do caso terminou na derrota por 3 a 0 da acusação. Por isso, pela decepção e pelo anti-clímax, os depoimentos não deram manchete nem os telejornais mostraram gravações em tom de alarde.

Só ajudaram a formar a vergonhosa jurisprudência do espetáculo exibido na semana passada. Como nunca será demais lembrar, se admitiu que se acusa sem prova -- com base na convicção, distinção essencial para o Direito e para o destino dos homens, pois uma pessoa pode estar absolutamente convencida da existência de Deus e do discurso feito em nome d'Ele, mas, salvo em ditaduras teocráticas, Sua palavra nunca será tomada como expressão da verdade nem da lei.

Mas esta foi a base para a decisão de Sérgio Moro sobre o triplex, numa decisão que "não significa juízo conclusivo", mas somente "substrato probatório razoável", como ele próprio reconhece, numa atitude de isenção aparente, exibida em outras decisões, que até agora não produziu nenhum efeito sobre sentenças anteriores.

Há na verdade uma questão política, como o próprio Moro registra, ao dizer: "não olvida o julgador que, entre os acusados, encontra-se ex-Presidente da República, com o que a propositura da denúncia e o seu recebimento podem dar azo a celeumas de toda a espécie".

Aqui se localiza o centro da questão, a encruzilhada em que a Justiça e a política se encontram e irão decidir o destino do país num período próximo.

A pergunta decisiva é saber como o povo – essa multidão que reage nas horas de perigo e tem a capacidade única de sustentar as democracias – irá resistir a um novo ataque aos direitos elementares da maior liderança popular de sua história, o presidente que até agora não foi destronado como o mais aprovado desde a proclamação da República. É uma situação que só reforça a importância dos atos marcados para amanhã.

Convocados anteriormente, ganham um novo conteúdo e uma nova urgência a partir de agora, quando a perseguição aberta avança um pouco mais. Ao aceitar a denúncia, Moro trouxe o caso a seus cuidados, na 13ª Vara Criminal de Curitiba, o que levou seus amiguinhos na mídia grande a ter dificuldade de esconder o próprio contentamento -- sinal que, em situações de normalidade democrática, deveria ser visto com preocupação, mas que hoje é pura banalidade.

Para a maioria dos brasileiros, a questão é dar início a uma mobilização capaz de alterar a relação de forças das instituições políticas, num momento inteiramente desfavorável a defesa da democracia e as necessidades dos mais pobres. Os protestos de amanhã tem essa dimensão e alcance. Não têm capacidade de inverter inteiramente uma situação política. Mas podem produzir mudanças e alterar posições.

A decisão de Moro desmascara o golpe de Temer, revela o conteúdo real da violência da PM de Geraldo Alckmin, hoje o principal instrumento de estabilização do estado de exceção -- o que se faz na porrada, é claro, típica de quem governa pelo medo.

Está em curso um processo histórico semelhante aquele que o país assistiu em 1947, quando o Partido Comunista -- então a mais importante organização do movimento operário e popular do país -- foi colocado na ilegalidade, dando nascimento a uma democracia seletiva que passou por tumultos e tentativas de golpes até vir abaixo em 1964.

Quem se choca com o tratamento diferenciado a Lula, ao PT e seus aliados, nos dias de hoje, precisa recordar que, meses depois do PCB ser colocado na ilegalidade, o mesmo tribunal eleitoral julgou e inocentou o fascismo brasileiro, representado pelos integralistas de Plínio Salgado.

Na vida real do Brasil de 2016, o confronto capaz de produzir "celeumas de toda espécie" estava definido antes mesmo da Lava Jato ter início.

Apareceu na AP 470, em 2007, quando, num telefonema o ministro Ricardo Lewandowski -- nove anos depois, seria presidente do julgamento de Dilma -- confessou que estavam tomando decisões contra os direitos dos réus porque

No plano dos direitos da população, o que se planeja é a construção de um capitalismo selvagem, do qual o país começou a se afastar na década de 1930. No plano dos direitos políticos, o projeto é um retorno a democracia seletiva do pós-Guerra, aquela que pariu um golpe militar quando o povo teve forças para lutar por um país onde pudesse viver com dignidade.

A diferença, enorme, é que estamos falando de outro processo histórico: um líder que foi duas vezes presidente da República e elegeu a sucessora, eleita duas vezes. Apesar de muitos erros e limitações, deixou uma herança de conquistas palpáveis e avanços reais. Obteve um reconhecimento que nenhum político brasileiro jamais alcançou nos últimos 50 anos. O retrocesso planejado, neste caso, deverá ser brutal e muito maior.

Mídia oculta a maior greve da história de luta dos bancários

Com 15 dias de paralisação que atinge mais da metade das agências em todo o país, jornais, portais, rádios e TVs não dão destaque para a mobilização

por Altamiro Borges

Nesta terça-feira (20), os bancários completaram 15 dias de paralisação. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), esta já é a maior greve da história da categoria em termos de abrangência. Balanço parcial indica que 13.071 agências estão fechadas -- o que representa 56% do total de estabelecimentos em todo o país. Apesar desta prova de unidade e combatividade, a mídia rentista -- que lucra fortunas com os anúncios publicitários dos bancos -- evita dar maior destaque à mobilização. O registro é meramente formal, sem manchetes ou matérias mais aprofundadas. Alguns "calunistas", como Carlos Alberto Sardenberg, da TV Globo, até preferem afirmar que "a greve é política".

A força da greve decorre da intransigência e da arrogância dos banqueiros. Em oito rodadas de negociação, a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) não apresentou qualquer avanço na sua contraproposta de acordo coletivo. Ela ofereceu um mísero reajuste salarial de 7% -- 2,39% abaixo da inflação oficial -- e não deu garantias da manutenção do emprego. Os abutres financeiros alegam que o Brasil está em crise e que não há margem para aumento real de salário. O cinismo é descarado. Somente no primeiro semestre deste ano, o lucro dos cinco maiores bancos do país (Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Santander e Caixa) chegou a R\$ 29,7 bilhões. No mesmo período houve corte de 13.600 postos de trabalho.

"O aumento da folha de pagamento seria uma parte muito pequena em relação ao lucro dos banqueiros que dizem ter responsabilidade social. Isso num ano em que ainda tem o segundo semestre para arrecadar", afirma Roberto Osten, o Betão, presidente da Contraf-CUT. Para o sindicalista, a oligarquia financeira -- que apoiou o "golpe dos corruptos" e aposta suas fichas na retirada de direitos trabalhistas pelo usurpador Michel Temer -- está testando a força dos bancários. Ela pretende derrotar a greve para que sirva de exemplo para outras categorias de trabalhadores. O jogo é pesado. Betão cita o caso da retirada das faixas e cartazes da paralisação nas agências, numa tentativa de invisibilizar o movimento.

"Os banqueiros pretendiam fazer com que a população acreditasse que a nossa greve fracassou. Somado a isso, eles pressionam e constroem para que alguns trabalhadores furem a greve. Os bancários e bancárias continuaram firmes e cada vez mais indignados com o desrespeito e com a truculência destas ações antissindicalistas dos bancos", afirma. Ele também critica a postura da mídia patronal.

"Alguns veículos de comunicação financiados pelos bancos têm dito que a nossa greve é político-partidária. A população não é boba e sabe que há mais de 30 anos nós fazemos campanha na mesma época.

Quem diz que a greve é partidária, ou tem desconhecimento da história ou tem intenção de nos desmobilizar."

Bancários em greve, a culpa é dos banqueiros!

Os banqueiros são os maiores responsáveis pela paralisação da categoria. Os trabalhadores cruzam os braços contra o descaso dos banqueiros que insistem em desvalorizar os maiores responsáveis pelos seus elevados lucros, os bancários. A greve é um instrumento de luta dos trabalhadores. Os braços se cruzam contra a desvalorização salarial, metas abusivas, assédio moral, péssimas condições de trabalho, a onda de demissões, entre outras tantas mazelas sem respostas.

Os banqueiros agem com total descaso ao tentar impor perdas de 2,39% aos bancários, e ainda, desvalorizar os funcionários, sem atender às demais reivindicações como condições de trabalho, saúde, segurança, igualdade de oportunidades e garantia de emprego. Temas que os banqueiros simplesmente desprezaram até agora.

Após intensos debates, durante as rodadas de negociações com o Comando Nacional dos Bancários, a Federação Nacional dos Bancos insiste na proposta rebaixada com reajuste de 7% nos salários, abaixo da inflação, e abono de R\$3,3 mil, sem compromisso com emprego da categoria. Não houve nenhuma mudança, sequer, na proposta apresentada no último dia 9 de setembro, a qual está muito distante das reivindicações dos trabalhadores.

Ganância com taxas e juros altos - A população só tem a perder com a ganância dos banqueiros. A ambição dos bancos é tanta que além de não apresentar salário decente e um atendimento de qualidade, eles ainda cobram dos clientes altíssimas taxas de juros e tarifas.

A taxa de juros do cheque especial bate recordes a cada mês. De acordo com dados do Banco Central (BC), chegou a 318,4% ao ano, no mês de julho (última pesquisa divulgada). No cartão de crédito, os números são ainda piores, com taxa de juros de 470,7% ao ano. Neste ano, essa taxa já subiu 39,3 pontos percentuais.

Lucros nas alturas - Vale ressaltar que nesta novela de descaso, enquanto o lucro se encontra nas alturas o emprego só diminui. Com números exorbitantes, os cinco maiores bancos (Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Santander e Caixa) lucraram R\$ 29,7 bilhões no primeiro semestre de 2016, mas, por outro lado, houve corte de 7.897 postos de trabalho nos primeiros sete meses do ano. Entre 2012 e 2015, o setor já reduziu mais de 34 mil empregos.

Campeões em mau atendimento - Quem depende dos bancos, sabe que as reclamações são inúmeras, filas imensas, falta de funcionários, problemas com a falta de segurança, entre tantos outros. No ranking das maiores reclamações entre os consumidores brasileiros, o sistema financeiro ocupa a segunda posição. No total, o BC recebeu 5.927 reclamações no período.

Só a luta garante direitos e avanços.
Comando Nacional dos Bancários

CAMPANHA
NACIONAL DOS
BANCÁRIOS 2016

SÓ
A LUTA
TE
GARANTE

Bancários ampliam greve na região Centro Norte e reforçam mobilização em defesa dos trabalhadores

Com 1.893 agências fechadas, bancários das bases da Federação Centro Norte (Fetec-CUT/CN), batem recorde histórico de paralisações



Além de ampliar a greve da categoria, consolidando-a como a maior em pelos menos duas décadas e meia, os bancários da região Centro Norte participaram nesta quinta-feira 22 do Dia Nacional de Paralisação convocado pelas centrais sindicais e movimentos populares em defesa dos direitos dos trabalhadores, ameaçados por uma série de iniciativas do governo Temer.

Segundo a CUT Nacional, em pelo menos 13 estados houve mobilizações conjuntas de várias categorias de trabalhadores no Dia Nacional de Paralisação, com o lema geral "Nenhum direito a menos" e "Fora Temer". Convocado pelas principais centrais sindicais do Brasil (CUT, CTB, UGT, Força, NCST, CSP-Conlutas e Intersindical) junto com as entidades que formam a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, o dia de protesto é um passo na mobilização rumo à greve geral em defesa das conquistas da classe trabalhadora.

Veja mais em: <http://www.feteccn.com.br/noticia/bancarios-ampliam-greve-na-regiao-centro-norte-e-reforcam-mobilizacao-em-defesa-dos-trabalhadores/>



Reunião do Comando Nacional dos Bancários
26/09, 14h00, em São Paulo



Notícia

Dia de paralisação termina com milhares na avenida Paulista

Atividades por todo o País confirmam o desejo popular por uma greve geral que pressione o governo golpista a respeitar os direitos trabalhistas

Igor Carvalho e Luiz Carvalho



Na tarde desta quinta-feira (22), um grande ato, em São Paulo, encerrou o “Dia Nacional de Paralisação e Mobilização”. De acordo com a organização, 30 mil pessoas compareceram ao protesto, que começou na avenida Paulista e terminou na Praça da República, ambos endereços na região central da capital paulista.

O ato finalizou um dia de atividades em todo o País, com importante adesão da classe trabalhadora, que paralisou fábricas e se mobilizou em ruas e praças, para pedir a saída de Michel Temer da presidência e a preservação dos direitos trabalhistas. As categorias presentes se uniram aos bancários, que estão em greve há 17 dias.

O secretário-geral da CUT, Sérgio Nobre, alertou para os riscos da gestão comandada por Michel Temer. “Esse governo quer destruir a previdência para que os bancos possam oferecer esse serviço. Eles querem a reforma trabalhista para voltar ao período pré-Getúlio, vamos ter empresas sem trabalhadores. Não há um único trabalhador no Brasil que não tenha motivos para estar na rua, lutando por seus direitos”, encerrou.

Para o afirmou o presidente da CUT-SP, Douglas Izzo, o ato correspondeu às expectativas. “Hoje, os municipais, os metalúrgicos e outras categorias se uniram aos bancários, que já estão em greve, para promover um grande dia de luta em defesa dos direitos trabalhistas. É um primeiro passo rumo à greve geral.”

Da mesma forma pensa o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Rafael Marques. “Foi muito boa a adesão às paralisações. O clima dos trabalhadores é de apreensão, pela perda de emprego e pela perspectiva de perda de direitos e salários. Deu para perceber que há uma vontade muito grande de partir para a greve geral, a assembleia geral aprovou a greve geral”, afirmou Rafael.

Educação e greve dos bancários

Nesta quinta-feira (22), o governo federal anunciou uma Medida Provisória que pretende interferir no currículo do Ensino Médio, retirando disciplinas como Artes e Educação Física. Para a presidenta da Apeoesp, Maria Izabel, a Bebel, a medida é “absurda”.

“A reforma do Ensino Médio retira do currículo justamente as matérias que provocam a crítica e a reflexão, além de provocar demissões de professores. É um enxugamento da qualidade do ensino, prejudicando justamente quem estuda em escola pública”, explicou a dirigente. No carro de som que ia à frente do ato, dirigentes defendiam o ex-presidente Lula, que tem sido perseguido politicamente pelo juiz Sérgio Moro, grande mentor da Operação Lava Jato.

“Anteontem, em Nova Iorque, diversas entidades sindicais do mundo todo manifestaram apoio ao Lula. Isso mostra o quanto ele é importante para a classe trabalhadora mundial. Além disso, mostrou que não estamos sós nessa luta, a unidade é fundamental, inclusive para caminharmos rumo a greve geral”, afirmou João Felício, ex-presidente da CUT e atual presidente da Confederação Sindical Internacional, entidade com 180 milhões de sócios, congregando centrais sindicais do mundo inteiro.

A presidenta do Sindicato dos Bancários, Juvândia Moreira, lembrou que a categoria é a primeira a entrar em greve depois do golpe instituído no Brasil, que levou ao poder Michel Temer. A dirigente criticou a entidade patronal, que tem imposto dificuldades na negociação com os trabalhadores. “Tivemos nos últimos doze anos, aumento real. Porém, neste ano, os banqueiros, maiores sanguessugas da nação, apresentam proposta de reajuste com perda salarial. Eles são sócios desse grupo e querem diminuir o custo do trabalho para concentrar renda”, finalizou.

<http://www.cut.org.br/noticias/dia-de-paralisacao-termina-com-milhares-na-avenida-paulista-9d26/>

Acontecendo

Nota
Técnica

OS IMPACTOS DO NOVO REGIME
FISCAL PARA O FINANCIAMENTO
DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E
PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO
À SAÚDE NO BRASIL

Ipea divulga nota sobre os impactos da
PEC 241 para o financiamento do SUS

Leia: http://www.conass.org.br/wp-content/uploads/2016/09/NOTA_TECNICA_IPEA241.pdf

ÚLTIMOS DIAS DE
INSCRIÇÃO PARA O
CURSO DE MESTRADO
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Estão abertas até 28 de setembro as inscrições do processo seletivo para o curso de mestrado *Estado, Governo e Políticas Públicas*, realizado em parceria pela Fundação Perseu Abramo (FPA) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil).

INFORMAÇÕES: www.fpabramo.org.br/mestrado

Serão formadas duas novas turmas na cidade de São Paulo/SP, com finalidade de preencher até 40 (quarenta) vagas em cada uma, por ordem de classificação dos aprovados. Haverá prioridade para aqueles que não tenham mestrado e/ou doutorado. Acesse o edital na íntegra: <http://novo.fpabramo.org.br/content/abertas-inscri%C3%A7%C3%B5es-para-novas-turmas-do-mestrado>

Inscreva-se: <http://www.fpabramo.org.br/mestrado/inscricoes>

Aquarius: A energia para continuar a lutar

A espinha dorsal do roteiro de autoria de Mendonça traz um admirável e fascinante retrato de mulher forte e potente - idosa? madura? velha? meia-idade? -, a Clarade Sonia Braga, de 66 anos. Clara é o símbolo da mulher da geração libertária dos meados dos anos 60, corajosas mulheres da contracultura que romperam os padrões patriarcais vigentes até então. Clara é da leva de geração que se seguiu, nos anos 70/80.

"Num país em que para tudo há um jeitinho, as cidades acabam sendo uma grande confusão," diz o diretor Kléber Mendonça Filho.

Para ele "o filme é de resistência e é um pouco um filme de sobrevivência." Mas "trata-se de um filme sobre a energia necessária para existir. Às vezes cansa, mas há que encontrar mais energia para continuar a lutar."



TV Bancários Web: Ameaças ao FGTS

Assista:

<http://linkis.com/www.youtube.com/1y2m2>

Seminário Internacional
NEGOCIAÇÃO COLETIVA EM TEMPOS DE CRISE

17 e 18
DE OUTUBRO



Novotel Jaraguá
São Paulo

DIREITO DO
TRABALHO

Negociação Coletiva:
Estado atual e perspectivas no Brasil, Argentina,
Alemanha, Espanha e Itália

Informações: <http://www.lbs.adv.br/seminario-negociacao-coletiva/o-evento.html>



O DIEESE divulga a Nota Técnica 162 - A saúde do trabalhador. O estudo tem como objetivo esclarecer o alcance das informações disponibilizadas sobre acidentes de trabalho e o contexto que se inserem os indicadores de saúde e doença do trabalhador. O Brasil é o país onde as pessoas mais adoecem no exercício do trabalho. Leia em <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2016/notaTec162Saude.pdf>



BOLETIM inFORMATIVO

TUXAUA
SECRETARIA DE FORMAÇÃO

EXECUTIVA

José Avelino Barreto Neto
Presidente

Sérgio Luiz Campos Trindade
Vice-presidente

Marly Terezinha Ferreira
Secretaria Geral

Cleiton dos Santos Silva
Secretário de Administração e Finanças

Juliano Rodrigues Braga
Secretário de Assuntos Jurídicos

Sonia Maria Rocha
Secretária Org. do Ramo Financeiro

Jacy Afonso de Melo
Secretário de Formação Sindical

Jair Moraes Gomes
Secretário de Imprensa e Divulgação

Sebastião Tavares de Oliveira
Secretário de Relações e Políticas Sindicais

Márcio Ramos Saldanha
Secretário de Relações Institucionais

Conceição de Maria Costa
Secretária de Saúde e Condições de Trabalho

Clever Bonfim
Secretária de Política de Igualdade

Edvaldo Franco Barros
Secretário de Bancos Privados

André Matias Nepomuceno
Secretário de Bancos Públicos

Edson Azevedo dos Anjos Gomes
Secretário de Política Socioambiental

Raul Lídio Pedroso Verão
Secretário de Cooperativas de Crédito

Maria Aparecida Sousa
Secretária da Mulher

Rose Lidyane Ramos de Souza
Secretária da Juventude

Manoel Parreira Matos
Secretário de Combate ao Racismo

O que é Tuxaua?

Tuxaua é um termo indígena cujo significado varia conforme a tribo. Entre os *sateré-mawé*, por exemplo, o grau de influência política de um tuxaua oscila segundo inúmeros critérios, como seu conhecimento sobre o tempo dos antigos (história e mitologia de sua gente), sua capacidade como orador, seu grau de generosidade, sua habilidade para conduzir os problemas internos de sua comunidade e a tônica de suas relações com os agentes da sociedade, como patrões e políticos locais.

Tuxaua, também é sinônimo daquele que observa, articula, fomenta e motiva as capacidades pessoais e coletivas de seu povo.

A liderança do Tuxaua se caracteriza pela forma consensual como é exercida. É antes de tudo um articulador das intenções do grupo e coordenador das atividades. Portanto, tem que conviver e administrar as outras instâncias de liderança que coexistem em seu espaço de vida e atuação. É, então, o articulador e mobilizador das pessoas as quais lidera e representa.

Tuxaua foi escolhido como nome deste Boletim para homenagear a população indígena, presente e representativa no Centro-norte do Brasil e que tanto tem a nos ensinar sobre organização, respeito mútuo, liderança e articulação de ações.

O Boletim tem por objetivo estimular o debate, socializar informações e agendas, especialmente as de formação, dos sindicatos filiados à FETEC-CN/CUT.

